

Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência Visual no Telejornalismo: Aspectos e Parâmetros para Realização de Audiodescrição¹

Michele NEGRINI²
Beatriz Regina Gomes PEREIRA³
Caetano Retzlaff dos SANTOS⁴
Ester CAETANO⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre recursos de inclusão e acessibilidade no telejornalismo, enfocando a audiodescrição e buscando apontar aspectos e parâmetros que consideramos significativos para a sua realização no telejornalismo. Acreditamos que no jornalismo de TV, a audiodescrição é fundamental para promover acessibilidade e condições igualitárias para todos os telespectadores. Este estudo parte de relatos de pessoas com deficiência visual, mais especificamente de alunos da Escola Louis Braille de Pelotas, acerca da ferramenta de Audiodescrição, abordando pontos que elas identificaram como importantes e que assinalam como necessários na construção de um telejornalismo mais acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Audiodescrição; Telejornalismo; Inclusão; Acessibilidade; Escola Louis Braille.

INTRODUÇÃO

Embora seja notório o avanço dos meios de comunicação digitais e da internet, a televisão ainda tem uma significativa adesão nas sociedades contemporâneas, continuando presente inclusive nos lares de grande parte da população brasileira. É inegável que, no cenário atual, as pessoas têm cada vez mais opções para consumir conteúdos, como redes sociais, newsletters, podcasts, videocasts, entre outros. Mesmo diante dessa vasta gama de escolhas, a TV, desde sua invenção, permanece como uma poderosa fonte de informação, educação e entretenimento.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que entre 2019 e 2021, o número de casas com TV subiu de 68,4 milhões para 69,6 milhões. Essa estatística mostra como a TV continua mantendo sua posição como um dos principais meios de comunicação do país. Com a significação da TV no cenário brasileiro, é preciso debater sobre a inclusão e acessibilidade no espaço televisivo e no telejornalismo. Como a TV é uma mídia visual, uma das portas de implementação da inclusão passa pela ferramenta de audiodescrição (AD). De acordo com Scoralick (2017): “A

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mmnegrini@yahoo.com.br

³ Acadêmica do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Email: beatrizreginagp@hotmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Email: cretzlaff451@gmail.com

⁵ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: estercaetano660@gmail.com

audiodescrição é considerada uma tradução, mas não entre línguas. Ocorre entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal oral [...]. A ideia é proporcionar uma representação mental correta do que está sendo repassado no evento imagético”. (SCORALICK, 2017, p.60). Os pesquisadores Cirne e Belém (2022, p.40) acrescentam:

A audiodescrição (AD), conforme Portaria 188/201014, é um recurso de tradução audiovisual intersemiótica (tradução de imagens em palavras) utilizado não só nas obras televisuais, mas também no teatro, cinema e nas instalações de artes visuais, que se baseia na narração detalhada de cenas, ações, personagens, expressões, movimentos, enquadramento, figurino, iluminação.

Ainda caracterizando a audiodescrição, Sousa aponta (2017, p.36): “Grosso modo, a técnica da AD produz formas às palavras, às texturas, cores aos argumentos e sentidos ao discurso oral”. Com o recurso, o usuário recebe a descrição diante do que é apresentado. Scoralick (2020) pondera que as descrições são realizadas no espaço entre os diálogos e nas pausas de informação sonora, o que se daria na maioria dos silêncios das cenas. Contudo, nem toda pausa necessariamente precisa ser preenchida: “Os espectadores também podem sentir o silêncio do filme, quando isso for relevante. Deve-se evitar que a AD sobreponha ao conteúdo original. O ideal é que exista uma harmonia entre o som inicial e a audiodescrição inserida”. (SCORALICK, 2020, p.94). Segundo o pensamento de Motta (2016), é um recurso que amplia as possibilidades de entendimento do público com deficiência visual. “Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar”. (MOTTA, 2016, p. 15).

Machado, Nunes e Vanzin (2011) salientam a importância do audiodescritor não interferir na produção de sentidos do conteúdo apresentado. “Como técnica de tradução, deve manter a objetividade, não permitindo espaços para interpretações ou inferências do audiodescritor. O princípio primeiro é audiodescreva o que você vê” (MACHADO; NUNES; VANZIN, 2011, p.206). Os autores ainda assinalam que a audiodescrição pode ser simultânea ou pré-gravada. No caso da audiodescrição simultânea, ela ocorre em eventos ao vivo, como apresentação de peças teatrais e em congresso. Já a pré-gravada se dá em produções de TV gravadas, em filmes, etc.

A audiodescrição é um direito da pessoa com deficiência visual. Em 2015, foi aprovado o projeto que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e, logo em sequência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015) começou a vigorar. Por meio dela, ficou assegurada uma sucessão de alinhamentos de direitos às pessoas com deficiência em

diversas áreas, como políticas públicas, incluindo educação, trabalho, moradia entre outras mais abrangentes, como tecnologia e comunicação.

Levando em consideração a importância e a urgência da questão da inclusão e da acessibilidade nos meios de comunicação e, especificamente, no telejornalismo, este trabalho tem como foco fazer uma reflexão sobre recursos de inclusão e acessibilidade no jornalismo de TV, com foco na audiodescrição. Além disso, a partir de relatos de pessoas com deficiência visual da Escola Louis Braille de Pelotas⁶, vamos apontar aspectos e parâmetros que consideramos fundamentais para serem observados na realização da audiodescrição no telejornalismo.

DEFICIÊNCIA VISUAL, ACESSIBILIDADE E TELEJORNALISMO

De acordo com dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010⁷, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ou seja, quase 24% da população, declararam ter algum grau de dificuldade em habilidades como enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, ou informaram possuir deficiência mental ou intelectual. Desse total, 3,4% relataram ter deficiência visual.

Ainda conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022⁸, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de pessoas no Brasil, com 2 anos de idade ou mais, possuem algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população. Segundo o estudo, 3,1% dos cidadãos possuem dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato. Além disso, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019⁹ revelou que cerca de 17,3 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de deficiência, e entre estes, quase 7 milhões possuíam deficiência visual.

Devido às diferentes épocas das pesquisas e coletas de dados, os números não são diretamente comparáveis, mas sim complementares. Sendo assim, enquanto aguardamos as

⁶ A escola foi fundada, no dia 10 de junho de 1952, com apenas seis alunos e sempre contou com o suporte do Rotary Club de Pelotas, assim como das autoridades educacionais do município e do estado. Atualmente, a Associação Escola Louis Braille tem como objetivo primordial o atendimento às pessoas com deficiência visual, focando principalmente em apoiar crianças que possuem baixa renda. Dentre as atividades realizadas, a entidade ministra aulas de informática, extremamente adaptadas para o Braille, além de coral adulto, aula de percussão, violão e auxílio em mobilidade. A Associação Escola é formada por três departamentos, que funcionam de maneira interligada. Os departamentos são: o Centro de Reabilitação Visual – Departamento Clínico Especializado, o Centro de Atendimento Educacional Especializado e a Escola Especial – Departamento de Educação.

⁷ Os dados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, a última edição disponível até maio de 2024, mês de fechamento deste estudo, que contém estatísticas sobre pessoas com deficiência no país. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>

⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>

estatísticas atualizadas do Censo de 2022¹⁰, os dados supracitados servem para ajudar a construir uma compreensão mais abrangente do cenário atual da população brasileira com deficiência, proporcionando uma projeção desse contexto e fomentando reflexões.

A partir dos números mencionados, fica evidente que uma parcela considerável da população brasileira é formada por pessoas com deficiência (PCDs¹¹), que embora representem uma significativa parte dos cidadãos, precisam viver e conviver em uma sociedade ainda despreparada para atender adequadamente às suas necessidades, tanto em relação a questões estruturais como sociais.

Ainda que o movimento anticapacitista¹² e a luta contra o preconceito e pela garantia de direitos das pessoas com deficiência estejam ganhando força e visibilidade de forma gradual, a realidade dessas pessoas permanece desafiadora e, por muitas vezes, dura. Essas pessoas necessitam de políticas públicas e ações que promovam a acessibilidade em diversos espaços, com o objetivo de reduzir a desigualdade.

Nos meios de comunicação, infelizmente, a deficiência também se mostra como um obstáculo, especialmente para pessoas com deficiência visual. Em muitas ocasiões, a programação da televisão aberta não é acessível para esse público, que acaba não conseguindo absorver plenamente os conteúdos audiovisuais exibidos, o que torna o cenário desafiador e excludente. Entretanto, tal situação contrasta com o que a Lei Nº 10.098¹³, de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estipula nos artigos 2 (inciso II, alínea D) e 17:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

¹⁰ “Resultado do Censo 2022 sobre pessoas com deficiência só deve sair no último trimestre de 2024“. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/resultado-do-censo-2022-sobre-pessoas-com-deficiencia-so-deve-sair-no-ultimo-trimestre-de-2024/>

¹¹ PCD é uma sigla estabelecida desde 2006 pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas (ONU) que significa "pessoa com deficiência". Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/pcd-o-que-significa-e-quem-se-enquadra,8757a445a54c5cd46cb4d5e02579e177dauonkwa.html>

¹² Capacitismo: “(...) expressão que designa o preconceito em relação às pessoas com deficiência, que surge a partir do fato de que no senso comum pressupõe-se que o sujeito com deficiência possui todas as suas capacidades limitadas ou reduzidas, constituindo-se em uma pessoa automaticamente “menos capaz”.” (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021, p.1)

¹³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; (...)

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, s/p)

Contudo, apesar do estabelecimento da legislação supracitada, foi somente em 2011 que a Portaria nº 188¹⁴ do Ministério das Comunicações (MINICOM), criada em 2010, entrou em vigor, tornando a audiodescrição (AD) um recurso obrigatório de acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão nas programações televisivas de canais de concessão pública. Segundo Aderaldo e Nunes (2016), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a implementar a exigência de acessibilidade visual na TV e a partir do dia 1º de julho de 2011, as emissoras com sinal digital começaram a incluir AD em parte de sua programação. (ADERALDO; NUNES, 2016, p. 33).

A legislação estabeleceu ainda que uma quantidade mínima de horas semanais de conteúdo com audiodescrição deveria ser transmitida, aumentando gradativamente ao longo dos anos. Segundo Scoralick (2017), inicialmente foram exigidas duas horas semanais de audiodescrição. Esse tempo aumentou sucessivamente para quatro horas em julho de 2013 e seis horas em julho de 2015. Em julho de 2017 a projeção era de oito horas semanais, até alcançar vinte horas semanais em julho de 2020. (SCORALICK, 2017, p. 73).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019¹⁵, realizada pelo IBGE, revelou que aproximadamente 96,3% dos lares brasileiros possuíam um aparelho de televisão. A partir deste dado, podemos entender que a TV permanece consolidada como um dos principais veículos de comunicação no país. Entretanto, apesar das exigências legais, a acessibilidade nos telejornais ainda é insuficiente. A quantidade de reportagens e quaisquer outros materiais telejornalísticos com audiodescrição é muito limitada, e a implementação do recurso em tempo real nos telejornais da grade brasileira é inexistente, caracterizando-se como uma meta distante, praticamente inalcançável.

¹⁴ <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>

¹⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

Em suas produções noticiosas, seguindo a tradição jornalística, os telejornais costumam empregar diversos elementos visuais como gráficos, imagens, caracteres, mapas, legendas, etc. Contudo, uma vez que o recurso de audiodescrição não é costumeiramente oferecido ou utilizado, a compreensão integral das notícias por parte das pessoas com deficiência visual torna-se prejudicada, impedindo-as de acessar plenamente o conteúdo informativo apresentado. Segundo Scoralick (2020):

O essencial no telejornalismo é que imagem e texto estejam “casados”, isto é, um seja o complemento do outro. Como destaca Becker, no telejornal palavra e imagem trabalham unidos “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, sons, ruídos, gráficos e vinhetas” (2005, p. 71). (SCORALICK, 2020, p.95)

Consideremos a seguinte situação: uma pessoa com deficiência visual está assistindo a um telejornal, e a produção decide incluir um GC¹⁶ que apresenta o nome da fonte que está falando, juntamente com sua profissão, cargo ou outras informações relevantes para a reportagem em questão. Sem uma descrição verbal eficiente e detalhada, o telespectador com deficiência visual pode enfrentar dificuldades para identificar quem está falando no momento, não compreendendo o motivo daquela pessoa estar fazendo parte da matéria, ou confundindo, o que pode gerar ruídos e comprometer o pleno entendimento da notícia.

Assim, é fundamental refletir sobre a interseção entre deficiência visual, acessibilidade e telejornalismo, a fim de buscar que todos tenham igualdade de acesso à informação por meio de ações concretas, como, por exemplo, a implementação da audiodescrição em reportagens e a adaptação de formatos e certas convenções telejornalísticas a fim de atender às demandas das pessoas com deficiência visual. Tais mudanças não só possibilitam uma participação mais ativa de PCDs no debate público, como também promovem e fomentam uma cultura que prioriza a acessibilidade na comunicação, tanto no jornalismo quanto na mídia em geral. Além disso, fortalecem as bases da sociedade democrática, enriquecendo o espaço social com diversidade e igualdade.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

O desenvolvimento deste trabalho tem como fase inicial a realização de pesquisa bibliográfica (GIL, 1999). Já para a realização de reflexões sobre as experiências de alunos da Escola Louis Braille de Pelotas com a ferramenta de Audiodescrição na TV e no telejornalismo

¹⁶ De acordo com o site Casa dos Focas: “GC: São os créditos que aparecem na tela, como nome dos entrevistados, do repórter, títulos, legendas etc. **Gerador de caracteres:** aparelho ou software que produz os GC’s.” (CASA DOS FOCAS, web, s/p).

e para fazer os apontamentos sobre aspectos e parâmetros para realização de audiodescrição no telejornalismo, realizamos três visitas à instituição em questão. Nas visitas, tivemos oportunidades de interagir com os discentes e de buscar um entendimento sobre suas vivências, desafios e experiências em relação à acessibilidade (ou ausência dela) no espaço televisivo e telejornalístico.

Em relação aos encontros com os estudantes¹⁷, o número de participantes foi variado. Na primeira reunião, seis alunos se fizeram presentes. Já nos demais encontros, tivemos a presença de três alunos. Para preservação da identidade dos participantes da pesquisa, optamos pela não identificação deles no decorrer do processo analítico. Além disso, as reuniões foram baseadas em uma metodologia que inclui a humanização e a aproximação por nossa parte com os alunos. Desta forma, acabamos criando uma relação mais confortável no procedimento de debates.

No primeiro encontro, nos apresentamos e conversamos com os participantes de forma informal, colocando a questão da audiodescrição como base das discussões. Estas foram motivadas pelos pesquisadores e conduzidas pelas interações dos participantes. No segundo encontro, já com menos participantes, foram exibidas duas reportagens televisivas¹⁸: uma com audiodescrição e outra sem, as quais foram motivadoras da conversa sobre audiodescrição no telejornalismo. Por fim, no terceiro encontro, as reflexões sobre o assunto foram mais aprofundadas.

A partir da observação atenta do conteúdo¹⁹ captado nos encontros na escola Louis Braille e as ponderações obtidas com os alunos, mais reflexões foram feitas e serviram como base para o processo analítico. A partir disto, encontramos elementos para promover o debate e identificar os aspectos e parâmetros que consideramos essenciais para a implementação da audiodescrição no telejornalismo, os quais apresentamos este estudo.

Para começarmos as reflexões sobre aspectos e parâmetros para a realização da audiodescrição, cabe convocar o pensamento de Scoralick (2017, p.28), que diz que a audiodescrição “facilita o entendimento do que está sendo transmitido e principalmente o conhecimento das cenas onde as reportagens, entrevistas de estúdio, novelas, etc, são gravadas”.

¹⁷ Os estudantes que fizeram parte desta pesquisa pertencem a uma turma da Escola Louis Braille de Pelotas que foi indicada pela direção da Escola para tal finalidade. Antes da realização do estudo, os pesquisadores visitaram a escola e conversaram com a direção para falar sobre o foco do estudo.

¹⁸ A reportagem com audiodescrição apresentada foi um episódio do Desafio Farroupilha de 2018, apresentado pela RBS TV (Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7131696/?s=0s>). Em relação à matéria sem audiodescrição, foi selecionada uma reportagem factual do dia, apresentada na Rede Globo e escolhida de forma randômica.

¹⁹ Nos encontros, todas as discussões e reflexões foram gravadas pelos pesquisadores. Depois, houve a decupagem das gravações e ocorreu o processo analítico através das observações do conteúdo gravado. Os apontamentos de pontos primordiais para a realização da audiodescrição no telejornalismo emergiram das falas dos alunos que fizeram parte do estudo.

O pensamento da autora infere a importância de uma TV acessível e de possível contemplação por todos, de forma igualitária. Pereira, Schuster e Negrini (2022, p. 21) acrescentam: “a audiodescrição é um recurso fundamental para a formação de uma sociedade mais acessível e inclusiva uma vez que, através dos meios de comunicação, em especial a televisão, milhões de brasileiros se envolvem na construção política, social e cultural do país”. As palavras das autoras acenam para a importância da audiodescrição como ferramenta que torna a contemplação da televisão possível e como um recurso que contribui para a promoção de maior igualdade entre os diversos públicos desse meio de comunicação.

Com a realização dos três encontros na Escola de Pelotas, percebemos as necessidades e anseios que pessoas com deficiência possuem em relação a se integrar e fazer "parte", de fato, da sociedade. Desse modo, por meio das diversas histórias e experiências descritas, observamos sentimentos e desejos de inclusão nos mais variados âmbitos, inclusive no telejornalismo.

Um dos participantes enfatizou a audiodescrição como uma ferramenta fundamental: *"A audiodescrição é importante não só nos jornais, acho que ela é importante em todos os momentos"*. E em relação ao telejornalismo, salientou a importância do recurso: *"Fica difícil para a gente entender (sem a audiodescrição). Tem que parar para pensar, refletir, o que que tão falando para tu entender"*

Pereira, Schuster e Negrini (2022, p.14) apontam que: “A eficácia da AD em promover a inclusão de pessoas com deficiência atesta a importância da disponibilização desse recurso de forma mais ampla. Ao redor do mundo, a disponibilização do recurso já avançou consideravelmente”. Portanto, é cabível afirmar que recursos de acessibilidade, como a audiodescrição, são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Um ponto evidenciado e que corrobora a importância da audiodescrição foi a elucidação, feita por um dos participantes durante o segundo encontro, ao relatar as dificuldades de assistir à TV e a telejornais sem recursos de acessibilidade, especialmente no que diz respeito à compreensão das reportagens: *"Nesse meio tempo, desde que vocês vieram aqui, andei observando algumas coisas, observei na televisão também e vi que não tô tendo acessibilidade. Acho que tá bem difícil a nossa situação, né"*. As palavras do estudante inferem sobre a necessidade de implementar a audiodescrição nos mais diversos meios de comunicação. No caso da televisão, esse recurso se revela essencial para garantir o entendimento das pessoas com deficiência visual sobre o que está sendo exibido. Para fortalecer essa perspectiva, é relevante citar o pensamento de Almeida e Moreira (2021), que destacam que, com a audiodescrição, pessoas com deficiência visual têm a possibilidade de experimentação de recursos visuais, como imagens, cores e efeitos de iluminação.

Já Scoralick (2017, p.60) infere que as descrições devem ocorrer entre os diálogos de personagens e entre as informações sonoras, “isto é, ocorre nos ‘silêncios’ das cenas, seja na tela ou no palco. E não interfere nos efeitos musicais e sonoros”. Um dos participantes enfoca que a audiodescrição não pode se sobrepor às falas dos personagens de uma reportagem. Ele salienta: “*Porque tem vídeos que ao mesmo tempo que tá rodando, tá fazendo a descrição, aí, duas falam ao mesmo tempo. E, aí, tu não consegue compreender mesmo. Eu acho que tem até aquele espaço, né? Que até pra gente poder formar uma visibilidade dentro da nossa memória, dentro do nosso cérebro, né?*”. Assim, ele adentra na perspectiva da importância de uma pessoa com deficiência visual formar uma imagem mental sobre o que está sendo noticiado. De acordo com Scoralick (2017): “[...] as pessoas com deficiência têm seus próprios referenciais. As imagens criadas em sua mente são compostas por vários elementos, tanto visuais quanto táteis, auditivos ou motores”. (p. 93)

Outro participante também destaca que a audiodescrição tem que ser inserida de forma coerente nas reportagens, evitando se sobrepor aos sons: “*A audiodescrição, muitas vezes, confundia com o que personagem estava falando. Assim, seja no jornal, seja na programação normal, se confundia muito. Isso quer dizer que a audiodescrição estava falando por cima do personagem. Eu confundia a audiodescrição com a fala do personagem e até no telejornal também acontecia a mesma coisa*”. O participante ainda enfatiza que a ferramenta de acessibilidade, quando inserida de forma apropriada, dá respaldo às pessoas com deficiência visual na contemplação de conteúdos telejornalísticos, adequando-se às transformações da tecnologia e da sociedade: “*Olha, eu acho que se fosse bem colocada, seria de bom proveito, principalmente, para nós que não enxergamos ou até mesmo para quem tem baixa visão. Tem que ter uma evolução*”.

Ainda falando sobre a inserção do recurso em vídeos, um outro participante enfoca que existe a necessidade constante de aperfeiçoamento em relação ao momento de introdução da descrição. Ele aponta: “*Já assisti um filme com audiodescrição. É uma tecnologia muito boa, mas tinha que ser aperfeiçoada. Eu não sinto tanto porque tenho baixa visão, não afeta para alguns conteúdos. Mas, às vezes, tem um delay de atraso. Às vezes, por exemplo, a pessoa tá falando uma frase lá e, aí, a audiodescrição vem depois*”. A partir das palavras do aluno fica claro que é fundamental dar atenção para a velocidade adequada da audiodescrição, de modo que ela seja compreendida com clareza, sem ser excessivamente lenta ou rápida, garantindo assim uma melhor experiência para o público com deficiência visual.

Ainda no decorrer das reuniões na escola, os participantes reiteraram a importância da audiodescrição ser realizada em linguagem simples e acessível, a fim de garantir o

entendimento claro do conteúdo apresentado. Um aluno destaca: *“Eu acho assim: devia ter uma linguagem mais acessível. Acho que tem que começar pela linguagem ser mais acessível”*.

Outro aspecto abordado nas reflexões com os alunos da escola de Pelotas foi a dificuldade de acesso a elementos visuais que contêm informações apresentadas na tela, como gráficos, artes e legendas. Assim, é possível afirmar que todo texto imagético que seja fundamental para a contextualização e para a produção de sentidos precisa ter audiodescrição. Nesta linha de pensamento, Machado (2011) recorre à ABNT (NBR 15290) para salientar que a audiodescrição precisa contemplar os elementos visuais que são essenciais, como expressões faciais, expressões corporais, cenários, informações escritas na tela e figurino.

Um questionamento levantado aos pesquisadores foi provocador: *“A audiodescrição deve ser colocada nas pausas, mas o que deve ser audiodescrito?”*. A inquietação do aluno nos faz pensar nos pontos que carecem de audiodescrição em material telejornalístico e no que precisa ser priorizado. O estudante ainda disse que o recurso de acessibilidade em discussão precisa levar em consideração os aspectos de possível interesse do público com deficiência visual, com foco nos pontos importantes das reportagens e com destaque a dados numéricos. Ele também destaca a importância de descrever as informações exibidas em caracteres na tela, como legendas e créditos, para orientar o público com deficiência visual. Além das informações visuais essenciais para a compreensão da reportagem, o aluno enfatizou que detalhes sobre o ambiente onde ocorre a cena também devem ser incluídos na audiodescrição. Portanto, todo o material imagético, que for crucial para a construção de sentido em relação ao que está sendo transmitido, precisa ser cuidadosamente observado e traduzido.

Um ponto bastante destacado pelos participantes da pesquisa é que a pessoa que está fazendo a tradução de imagens em palavras precisa pensar no outro e se colocar no lugar dele, com sensibilidade. Um dos alunos salienta: *“Então, eu consigo identificar, mas, eu tenho que me colocar no lugar do outro assim como o outro tem que se colocar no meu lugar. E um vidente também, e, às vezes, infelizmente, não acontece isso”*. Alves (2019, s/p) aponta que: *“Para além da compreensão do conteúdo, a intenção é também a de praticar a empatia a quem ouve, a quem recebe o conteúdo, a fim de que seja desenvolvida maior compaixão, fortalecer laços comunitários e familiares”*. A autora acrescenta: *“Levando em consideração a empatia no processo de audiodescrição, acreditamos que esta habilidade seja determinante para um viés mais humanizado, de ambos sujeitos: tanto o audiodescritor, como o ouvinte”* (ALVES, 2021, P.15).

Sendo assim, com base nas reuniões e nos relatos dos participantes, identificamos e observamos alguns aspectos e parâmetros que consideramos essenciais para a realização eficaz da audiodescrição no telejornalismo:

1. O AUDIODESCRITOR

- O audiodescritor precisa se colocar no lugar da pessoa deficiente visual, pensando nos elementos que não seriam compreensíveis caso não fossem narrados;
- O audiodescritor precisa entender bem o produto que vai ser audiodescrito para ajustar a entonação adequada a cada contexto abordado.

2. LINGUAGEM E VELOCIDADE

- A audiodescrição precisa ser feita com linguagem simples e acessível, que possa ser entendida por todos;
- A audiodescrição deve ser feita em uma velocidade adequada, que não seja muito rápida para o público, e sem se sobrepor a outras falas.

3. INSERÇÃO E SINCRONIA

- A audiodescrição deve ser inserida de forma coerente nas reportagens, ocorrendo nos momentos de silêncio ou nas pausas das falas e sons, para evitar sobreposição e confusão;
- Quando houver muitas informações visuais em um mesmo momento, devem ser audiodescritos os elementos mais importantes para o entendimento do contexto da matéria.

4. ELEMENTOS VISUAIS E TEXTUAIS

- Todo texto imagético importante para o entendimento da reportagem deve ser audiodescrito;
- Informações textuais exibidas na tela, como créditos e GC'S, precisam ser audiodescritas, pois pessoas com deficiência visual perceberão a mudança de voz, mas não saberão quem está falando;
- Dados numéricos apresentados na tela, que não são narrados pelo repórter, precisam ser incluídos na audiodescrição;
- Todas as informações visuais, como gráficos, artes e mapas, precisam ser audiodescritas.

5. AMBIENTE E PERSONAGENS

- É importante descrever o espaço físico em que a cena ocorre, oferecendo uma noção clara do ambiente;

- Informações sobre os "personagens" (repórter e fontes) que aparecem na reportagem também devem ser incluídas na audiodescrição.

6. PRODUÇÃO

- A inserção de recursos de acessibilidade no telejornalismo deve ser pensada desde as fases de pré-produção e produção;
- Ao gravar os "offs" (narrações), o repórter deve ajustar o ritmo, levando em conta a audiodescrição;
- Durante o casamento de texto e imagem, deve-se garantir que haverá espaço para a inserção da audiodescrição;
- O cinegrafista também deve considerar a futura audiodescrição ao captar as imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão e acessibilidade são assuntos fundamentais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Portanto, quando falamos da televisão e do telejornalismo, também devemos pensar em recursos inclusivos. No caso da TV e do telejornalismo, a efetivação da acessibilidade se dá através do uso de recursos como janela de Libras, legendas ocultas e audiodescrição, foco do olhar deste artigo. A presença de ferramentas de acessibilidade, como a audiodescrição, pode tornar a vida de pessoas com deficiência visual mais digna e plena, com mais facilidades no consumo de produtos audiovisuais e de informações.

A partir da experiência obtida nas visitas à escola Louis Braille, ficou nítido que, quando há a ausência da audiodescrição no telejornalismo ou demais gêneros, uma grande barreira no consumo destes é criada para pessoas com deficiência visual. Por outro lado, vale ressaltar a necessidade de investimentos por parte das emissoras, bem como a aplicação das leis da acessibilidade, além de estudos na faculdade de Jornalismo sobre o tema.

Sendo assim, a implementação de recursos, como a audiodescrição, e a adaptação de formatos para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual são passos fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e plural, a fim de possibilitar uma participação mais plena de pessoas com deficiência visual na vida pública, trazendo novas perspectivas para o cenário atual. Além disso, tal implementação promove o acesso à informação para todos os cidadãos, sem distinção, construindo assim uma comunicação mais diversa, inclusiva, democrática e, principalmente, efetiva.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 15.290: **Acessibilidade Comunicação na Televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ALMEIDA, Ana Carolina Correia; MOREIRA, Maria da Graça. **Introdução à audiodescrição em sala de aula**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

ALVES, Juliana Martins. 2021. **PARA ALÉM DA ACESSIBILIDADE: A EMPATIA NA AUDIODESCRIÇÃO**. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/228425/TCC_Juliana%20Alves_Final%20DO%20ENTREGA%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 de agosto de 2024.

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria da Salette. **A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico**. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/PesquisasTeo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescri%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

AGÊNCIA IBGE. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CIRNE, LÍVIA; BELEM, VITOR. **PRECISAMOS FALAR SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA**. **REVISTA GEMINIS**, v. 13, p. 34-52, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [s.d.]. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE. **IBGE Educa**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 13 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência**. Agência de Notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/20162317410_FINAL_SANCIONADA Lei_Brasileira_de_Inclusao_06julho2015.pdf Acesso em: 07 set 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010.** Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>. Acesso em: 20 mai 2024.

CASA DOS FOCAS. **Mini-Glossário de telejornalismo.** 2022. Disponível em: <https://www.casadosfocas.com.br/mini-glossario-do-telejornalismo/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MACHADO, F. O. Acessibilidade na televisão digital: Estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. 2011. 180 f. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89527/machado_fo_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 jan. 2022.

MACHADO, Flávia Oliveira; NUNES, Elton Vergara. VANZIN, Tarcísio. Audiodescrição como tecnologia assistiva para o acesso ao conhecimento por pessoas cegas. In: ULBRICHT, Vania Ribas; VANZIN, Tarcísio; VILLAROUÇO, Vilma (org.). **Ambiente virtual de aprendizagem inclusivo.** 1. ed. Florianópolis: Pandion, 2011. p. 191-232. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/711/3/Audiodescricao%20como%20tecnologia%20assistiva%20para%20o%20acesso%20ao%20conhecimento%20por%20pessoas%20cegas.pdf?fbclid=IwAR3bbK57IJU2rCdIoDcWeGQV0DRidqFKG9m6H4HOiQH7eMsdWyJdvCBDhI>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. **CAPACITISMO: ENTRE A DESIGNAÇÃO E A SIGNIFICAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** Trama, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 40, p. 56–66, 2021. DOI: 10.48075/rt.v17i40.26199. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional. História.** 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2023.

MOTTA, L. M. V.. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Pessoas com deficiência 2022.** IBGE. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTAL G1. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo IBGE.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024.

G1. **BRASIL tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo IBGE.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/brasil-tem-186-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-cerca-de-89percent-da-populacao-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PORTAL TERRA. **PcD: o que significa e quem se enquadra.** 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/pcd-o-que-significa-e-quem-se-enquadra,8757a445a54c5cd46cb4d5e02579e177dauonkwa.html>. Acesso em: 30 mai. 2024.

RBS. **Desafio Farroupilha 2018**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7131696/?s=0s>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

PEREIRA, B. R. G.; SCHUSTER, H. R.; NEGRINI, M. Audiodescrição em programações televisivas no Brasil: uma análise do cenário atual. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 12-23, set./dez. 2022.

SCORALICK, Kelly. **Audiodescrição no telejornalismo**: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens. *Educação e Fronteiras*, v. 10, n. 28, p. 90-102, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/13025/6341>. Acesso em: 20 set. 2023.

SCORALICK, Kelly. Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual. 2017. **Tese** (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUSA, I. V.. Audiodescrição: o que é? Como se faz?. **REVISTA EDAPECI**, v. 17, p. 34-45, 2017

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. **Resultado do Censo 2022 sobre pessoas com deficiência só deve sair no último trimestre de 2024**. Estadão, 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/resultado-do-censo-2022-sobre-pessoas-com-deficiencia-so-deve-sair-no-ultimo-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 21. mai. 2024.